



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	13706.005995/2002-70
<b>Recurso nº</b>	162.486 Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>2201-00924 – 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	02 de dezembro de 2010
<b>Matéria</b>	IRPF
<b>Recorrente</b>	MAIROS ANGELO FONTANA
<b>Recorrida</b>	FAZENDA NACIONAL

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

Exercício: 2000

IMPOSTO APURADO NA DECLARAÇÃO DE AJUSTE. ERRO NO PREENCHIMENTO DO DARF. RECOLHIMENTO INTEGRAL. EXIGÊNCIA CANCELADA.

Constatado que o recorrente efetivamente recolheu a integralidade do imposto apurado na Declaração de Ajuste, deve ser cancelada a exigência.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade dar provimento ao recurso. Ausência justificada da conselheira Rayana Alves de Oliveira França.

*(Assinado Digitalmente)*  
Francisco Assis de Oliveira Júnior - Presidente.

*(Assinado Digitalmente)*  
Eduardo Tadeu Farah - Relator.

Participaram do presente julgamento, os Conselheiros: Pedro Paulo Pereira Barbosa, Eduardo Tadeu Farah, Janaína Mesquita Lourenço de Souza, Gustavo Lian Haddad e Francisco Assis de Oliveira Júnior (Presidente).

## Relatório

Assinado digitalmente em 18/04/2011 por FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA JU, 06/04/2011 por EDUARDO TADEU FARAH

Autenticado digitalmente em 06/04/2011 por EDUARDO TADEU FARAH

Emitido em 19/04/2011 pelo Ministério da Fazenda

Contra o contribuinte acima identificado foi lavrado o Auto de Infração (fls. 26/30), que alterou o resultado da Declaração de Ajuste Anual relativa ao exercício 2000 de imposto a pagar de R\$ 12.460,78, para imposto a pagar de R\$ 20.020,78.

A fiscalização, por meio de revisão da Declaração de Ajuste Anual do contribuinte, apurou a dedução indevida a título de mensalão, código 0246, no valor de R\$ 7.560,00.

Cientificado da exigência, o autuado apresenta tempestivamente Impugnação, alegando que o valor informado no campo “*carnê-leão, mensalão e imposto pago no exterior*” da Declaração de Ajuste Anual apresentada no modelo simplificado refere-se a pagamento de quotas do imposto que efetuou em três DARF’s de R\$ 2.520,00 cada, sob o código 0246, e que o referido valor não foi compensado nas declarações dos exercícios seguintes.

A 1ª Turma da DRJ – Rio de Janeiro/RJ II julgou procedente em parte o lançamento, consubstanciado nas ementas abaixo transcritas:

#### *IMPOSTO COMPLEMENTAR.*

*Restabelece-se o valor do imposto complementar declarado cujo recolhimento foi devidamente comprovado.*

#### *MULTA DE OFÍCIO*

*Aplica-se a Multa de Ofício de 75% nos casos de falta de pagamento ou recolhimento, pagamento ou recolhimento após o vencimento do prazo, de falta de declaração e nos de declaração inexata, de acordo com a determinação legal.*

Intimado da decisão de primeira instância, Mairos Angelo Fontana apresenta tempestivamente Recurso Voluntário, alegando, em síntese, os mesmos argumentos postos em sua Impugnação.

É o relatório.

## **Voto**

Conselheiro EDUARDO TADEU FARAH, Relator

O recurso é tempestivo e reúne os demais requisitos de admissibilidade, portanto, dele conheço.

Segundo se colhe dos autos o contribuinte efetuou o pagamento de DARF’s, relativo ao ano-calendário de 1999, no valor de R\$ 7.560,00, em 3 parcelas de R\$ 2.520,00 cada, pagas em 30/12/1999, 17/01/2000 e 31/01/2000, sob o código 0246 (fl. 05).

Por sua vez, a autoridade recorrida reconheceu apenas o recolhimento efetuado em 30/12/1999, no valor de R\$ 2.520,00, código 0246, como sendo relativo ao ano-calendário de 1999, sob o argumento de que “... a informação na declaração de ajuste de pagamentos realizados no ano-calendário 2000 a título de imposto complementar consubstancia declaração inexata, o que implica na apuração de imposto suplementar e consequente multa de ofício, nos termos do art. 44, I da Lei nº 9.430/96.”

---

Contudo, em seu instrumento recursal, alega o recorrente que cometeu um erro e, desta forma, pede provimento para “... *retificar os pagamentos às fls. 60/61 realizados em 17/1/2000 e 31/1/2000, atribuindo-lhes o código 0211, e considerar insubsistente o imposto suplementar apurado*”.

Pois bem, em relação aos recolhimentos efetuados em 17/01/2000 e 31/01/2000, relativo ao ano-calendário de 1999, por terem sido pagos no ano-calendário seguinte, deveriam ter sido recolhidos como quota do imposto, portanto, sob o código 0211.

Todavia, pelo que se extrai dos DARF's recolhidos à intenção do contribuinte era de fato cumprir sua obrigação fiscal, efetuando o pagamento complementar do imposto apurado, seja ele por meio do código 0246 ou 0211. Tanto é verdade que foi consignado pelo recorrente no respectivo documento de arrecadação federal a data de 31/08/1999 e 30/09/1999 como períodos de apuração.

Além do mais, não há nos autos qualquer prova de que o recorrente tenha utilizado os pagamentos, indevidamente classificados sob o código 0246, para compensar o imposto apurado na declaração do exercício 2001.

Portanto, como o interessado efetivamente recolheu a integralidade do imposto apurado na Declaração de Ajuste/1999, não tem qualquer sentido a administração fazendária efetuar uma cobrança suplementar deste mesmo imposto, inclusive com a imposição de penalidade.

Ante o exposto, voto no sentido de DAR provimento ao recurso.

(Assinado Digitalmente)  
Eduardo Tadeu Farah



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
**SEGUNDA CÂMARA DA SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

Assinado digitalmente em 06/04/2011 por FARAH

Autenticado digitalmente em 06/04/2011 por EDUARDO TADEU FARAH  
Emitido em 19/04/2011 pelo Ministério da Fazenda

**Processo nº:** 13706.005995/2002-70

**Recurso nº:** 162.486

*TERMO DE INTIMAÇÃO*

Em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 81 do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aprovados pela Portaria Ministerial nº 256, de 22 de junho de 2009, intime-se o (a) Senhor (a) Procurador (a) Representante da Fazenda Nacional, credenciado junto a **Segunda Câmara da Segunda Seção**, a tomar ciência do **Acórdão nº 2201-00924**.

Brasília/DF, 02 de dezembro de 2010.

---

FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA JUNIOR  
Presidente da Segunda Câmara / Segunda Seção

Ciente, com a observação abaixo:

- (.....) Apenas com ciência  
(.....) Com Recurso Especial  
(.....) Com Embargos de Declaração

Data da ciência: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Procurador(a) da Fazenda Nacional